



JORNAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XXV - Edição 3083 - 17 de novembro de 2025

ATOS DA CVI

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

CONTRATO nº 01/2025 – Primeiro Apostilamento (Reajuste Anual)

Contratada: ENERGY TRADE LTDA (CNPJ nº 26.160.391/0001-03)

Objeto: Reajuste de valor. **Índice:** IGP-M (FGV)

Valor total: R\$ 676,01 (seiscentos e setenta e seis reais e um centavo)

Vigência: até 10/04/2026.

Fundamento legal: Cláusula Décima Quarta do contrato e art. 92, §§ 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021.

Data de assinatura: 14/11/2025.

REGINA RUSSI DA SILVA
Diretora de Licitações, Contratos e Compras

PORTARIA Nº 419/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Fernando Martins Pegorini, concedida através da Portaria nº 094, de 04 de fevereiro de 2025 e, em conformidade com o Art. 9º da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, **resolvem:**

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora **DENISE WILDNER MOMM**, matrícula nº 97, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Recepcionista", pelo período de 07 (sete) dias, de 05.11 a 11.11.2025, conforme Comunicado de Decisão da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional de Itajaí.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 11 de novembro de 2025.

JEFFERSON OSVALDO SANTARÉM AZEVEDO
Secretário de Administração e Finanças

ORLI CALBUSCH
Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 420/2025

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Fernando Martins Pegorini, concedida através da Portaria nº 094, de 04 de fevereiro de 2025 e, em conformidade com o Art. 8º da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, **resolvem:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM DIAS ALTERNADOS, à servidora **KELLY CRISTIANE MARINASCO**, matrícula nº 64, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Recepcionista", no dia 01.10.2025 e pelo período de 07 (sete) dias, de 21.10 a 27.10.2025, conforme Comunicado de Decisão da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional de Itajaí.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 11 de novembro de 2025.

JEFFERSON OSVALDO SANTARÉM AZEVEDO
Secretário de Administração e Finanças

ORLI CALBUSCH
Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 421/2025

PROMOVE, POR MERECIMENTO, SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 25, incisos II, X e XXVIII, do Regimento Interno da Câmara, e

Considerando as avaliações procedidas pelas Comissões Setoriais de que trata o art. 8º, § 1º, da Lei Complementar nº 70/2005;

Considerando as disposições do art. 14 e parágrafos da Lei Complementar nº 193, de 16 de junho de 2011, com redação dada pela Lei Complementar nº 300, de 1º de julho de 2016;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 257, de 03 abril de 2014;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 333, de 29 de maio de 2018;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 334, de 27 de setembro de 2018 e;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 344, de 04 de junho de 2019, **resolve:**

PROMOVER POR MERECIMENTO os servidores abaixo relacionados:

Nome Completo	Matrícula	Cargo	Nível de Promoção	A contar de:
Maria de Fátima Formoso da Silva	43	Assessor Técnico	D4	01.10.2025
Tiago de Oliveira Cesa	125	Assessor Legislativo	D3	01.10.2025

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 13 de novembro de 2025.

Ver. **FERNANDO MARTINS PEGORINI**
Presidente.

ATOS DA SEC. DA FAZENDA

NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo: 123978/2025
Notificado: MOACIR MARQUES
CNPJ/CPF: XXX.261.809-XX
Matéria: Reconhecimento de Não Incidência, para fins de IPTU

Fica o contribuinte, acima identificado, NOTIFICADO da Decisão Administrativa nº 141679/2025 que DEFERIU o pedido. A publicação ocorre por terem resultado improficuas todas as tentativas de notificação por via postal. A cópia da decisão integral poderá ser obtida junto à Auditoria Fiscal, situada na Rua Manoel Vieira Garçon, número 120, salas 601 e 602, no bairro Centro, neste Município.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

Rodrigo Takayama Matsumoto
Auditor Fiscal Municipal
Matrícula 2345201

ATOS DO GABINETE

PORTARIA N.º 5043/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025 e Portaria nº 1135, de 28 de fevereiro de 2025, consoante ao SIPE nº 382043/2025-e, resolve **RETIFICAR** as Portarias abaixo relacionadas, que concedeu **LICENÇA PRÊMIO**, à servidora, **SANDRA REGINA DE ALMEIDA** matrícula 1233402:

MATRICULA	PORTARIA	ALTERAR
1233402	Nº 2194/2013 Jornal - Edição nº 1248, de 26/07/2013	ONDE SE LÊ: Quinquênio 2007/2012 LEIA-SE: Quinquênio 2005/2010
1233402	Nº 1675/2017 Jornal - Edição nº 1713, de 05/04/2017	ONDE SE LÊ: Quinquênio 2012/2017 LEIA-SE: Quinquênio 2010/2015

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PORTARIA N.º 5044/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025 e Portaria nº 1135, de 28 de fevereiro de 2025, consoante à C.I. nº 1261/2025/SAGEP/DEGP/GPMO e ao SIPE nº 378798/2025-e, e à solicitação da servidora, resolve **FAZER CESSAR**, os efeitos da Portaria nº 4962/2024, de 29 de novembro de 2024, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2878, de 29 de novembro de 2024, que **CONCEDEU REDUÇÃO DE PARTE DE JORNADA DE TRABALHO** à servidora **JULIANA DE ÁVILA HONORATO**, matrícula nº **1246602**, ocupante do cargo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a partir de 07 de novembro de 2025.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PORTARIA N.º 5045/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante às C.I. nº 1953/2025/DGP/SME e SIPE nº 381888/2025-e, e nos termos do Art. 2º, da Lei Complementar nº 338, de 21 de dezembro de 2018, resolve **CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO – GCCG**, correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento, às servidoras relacionadas abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo	A contar de:
2806701	Andrea Pereira	Agente em Atividades de Educação	12/11/2025
2823604	Renata Ricobom Pivatto	Agente em Atividades de Educação	12/11/2025

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

PORTARIA N.º 5046/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e consoante à C.I. nº 1962/2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas - Secretaria Municipal de Educação e ao SIPE nº 381853/2025-e, considerando os artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 132/2008, e de acordo com o Decreto nº 9.327/2011, resolve **CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL**, às servidoras abaixo relacionadas, com o respectivo cargo de provimento efetivo do **QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FAIXA DE VENCIMENTO ANTERIOR	FAIXA DE VENCIMENTO ATUAL	A CONTAR DE:
1467702	GISLEINE DANIELLE DE SOUZA RAMPELOTTI	PROFESSOR- LÍNGUA PORTUGUESA	III	IV	13/11/2025
2065301	KELLI RAFAELLE DOS SANTOS	PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA	II	III	13/11/2025

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

PORTARIA N.º 5047/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e consoante à C.I. nº 1966/2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas - Secretaria Municipal de Educação e ao SIPE nº 382450/2025-e, considerando os artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 132/2008, e de acordo com o Decreto nº 9.327/2011, resolve **CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL**, à servidora abaixo relacionada, com o respectivo cargo de provimento efetivo do **QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FAIXA DE VENCIMENTO ANTERIOR	FAIXA DE VENCIMENTO ATUAL	A CONTAR DE:
2189805	PETUNIA TULIPA CANDIDO	PROFESSOR- ANOS INICIAIS	I	II	31/10/2025

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

PORTARIA N.º 5048/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, consoante à C.I. nº 1965/2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Educação e ao SIPE nº 382418/2025-e, considerando o artigo 24 da Lei Complementar nº 132, de 02 de abril de 2008, e de acordo com o Decreto nº 9.327/2011, resolve **CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**, aos servidores abaixo relacionados, com o respectivo cargo de provimento efetivo do **QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**:

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Padrão de Vencimento: Anterior	Padrão de Vencimento: Atual	A contar de:
2147705	MONALISA MARIA LANA	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	A1-30H	A2-30H	10/11/2025
2189805	PETUNIA TULIPA CANDIDO	PROFESSOR(A) ANOS INICIAIS	A1-20H	A2-20H	31/10/2025
2505501	ROBERTA ATARÃO TAVARES BLEICHVEL	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	A1-40H	A2-40H	31/10/2025
1169424	THAYSE GLACY AMARAL	PROFESSOR- INGLES	A1-40H	A2-40H	07/11/2025

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

PORTARIA N.º 5049/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, consoante à C.I. nº 1961/2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Educação e ao SIPE nº 381845/2025-e, considerando o artigo 24 da Lei Complementar nº 132, de 02 de abril de 2008, e de acordo com o Decreto nº 9.327/2011, resolve **CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**, aos servidores abaixo relacionados, com o respectivo cargo de provimento efetivo do **QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**:

Matricula	Nome do Servidor	Cargo	Padrão de Vencimento: Anterior	Padrão de Vencimento: Atual	A contar de:
1824202	CARMEN ROSSETTO	PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL	A10-40H	B1-40H	14/11/2025
1742305	CASSANDRA DA SILVA CAMPOS CORREA	PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL	A3-20H	A4-20H	14/11/2025
2284501	SABRINA OLIVEIRA PEREIRA	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	A4-40H	A5-40H	13/11/2025

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

PORTARIA N.º 5050/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e consoante à C.I. nº 1965/2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas - Secretaria Municipal de Educação e ao SIPE nº 382418/2025-e e considerando o art. 2º, da Lei Complementar nº 362, de 20 de dezembro de 2019, que altera a Lei Complementar nº 132/2008, resolve **CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL**, às servidoras abaixo relacionadas, com o respectivo cargo de provimento efetivo do **QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FAIXA DE VENCIMENTO ANTERIOR	FAIXA DE VENCIMENTO ATUAL	A CONTAR DE:
2515801	FERNANDA CAROLINA DOS SANTOS	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	I	II	03/11/2025
2207107	LUANA MARIA ROSETTI	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	I	II	30/10/2025
2505501	ROBERTA ATARAO TAVARES BLEICHVEL	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	I	II	31/10/2025

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

**PORTARIA N.º 5051/2025**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, à servidora **CRISTINA SHEILA FARKAS**, matrícula nº **1769301**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2020/2025**, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de julho de 2026 a 31 de agosto de 2026.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 5052/2025**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, à servidora **JOICE CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº **2316001**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2020/2025**, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de fevereiro de 2026 a 31 de março de 2026.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 5053/2025**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, à servidora **CLAUDIA APARECIDA GIACOMIN CORREA DA SILVA**, matrícula nº **951001**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MÉDICA**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2020/2025**, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de maio de 2026 a 30 de junho de 2026.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 5054/2025**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante ao SIPE nº 383090/2025-e, e requerimento da servidora, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **JULIANA RIBEIRO FIGUEIRA**, matrícula nº 2074101, do cargo de provimento efetivo de **MÉDICO - GINECOLOGISTA OBSTÉTRICO**, 15 (quinze) horas semanais, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a contar de 18 de novembro de 2025.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

PORTARIA N.º 5055/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, à servidora **CRISTINA REGHELIN**, matrícula nº **1360302**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MÉDICA**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2020/2025**, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de junho de 2026 a 31 de julho de 2026.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PORTARIA N.º 5056/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025 e Portaria nº 1135, de 28 de fevereiro de 2025, consoante à C.I. nº 1278/2025GMPSO, resolve **RETIFICAR** a Portaria abaixo relacionada, que concedeu **REDUÇÃO DE PARTE DA JORNADA DE TRABALHO**, à servidora, **DAYANE CRISTINE SUZENA DOS PRAZERES** matrícula 2028602:

MATRICULA	PORTARIA	ALTERAR <u>ONDE SE LÊ:</u>
2028602	Nº 4821/2025 Jornal - Edição nº 3071, de 31/10/2025	Dayane Suzena dos Prazeres <u>LEIA-SE:</u> Dayane Cristine Suzena dos Prazeres

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PORTARIA N.º 5057/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e consoante com a Lei nº 337, de 20 de dezembro de 2018, resolve **NOMEAR** à servidora abaixo relacionada, ocupante de cargo de provimento efetivo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, para desempenhar a Função de Confiança de **DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, percebendo a gratificação correspondente:

Matrícula	Nome	Unidade de Ensino
1959701	Luciana Spethmann Stolarski	CEI Anninha Linhares de Miranda

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal de Itajaí em exercício

ATOS DA PROCURADORIA



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO N.º 13.855, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 7.746, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024, PARA ATENDER AS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito de Itajaí em Exercício, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no Art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 7.746, de 20 de dezembro de 2024, e, considerando o teor do processo administrativo nº 354988/2025-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento municipal vigente, referente ao recebimento de Emenda Parlamentar Impositiva Individual, proveniente da União, visando a aquisição aparelhos de ar-condicionado para as unidades de ensino:

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.361.4
Ação: 2.41 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00/936
Fonte: 212 – Destinação: 1.706.3110
Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.365.4
Ação: 2.40 – Manutenção da Educação Infantil - Creche
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00/937
Fonte: 212 – Destinação: 1.706.3110
Valor: R\$ 147.000,00

Art. 2º O crédito aberto no Art. 1º será coberto com recurso proveniente de provável excesso de arrecadação na fonte de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 12 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal em Exercício

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.856, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB-S NO NÚCLEO URBANO INFORMAL E CONSOLIDADO CONHECIDO COMO “MURTA I”, NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

O Prefeito de Itajaí em Exercício, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, e considerando o disposto no art. 32 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e, ainda;

CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo nº 7458-25-ITJ-REURB, protocolado pela empresa Projeta Reurb Regularizações e Negócios Imobiliários Ltda., visando à regularização fundiária do núcleo urbano informal e consolidado denominado “Murta I”, localizado no Bairro Murta;

CONSIDERANDO o parecer de instauração emitido pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana, que atesta o atendimento dos requisitos legais e técnicos mínimos para o início do procedimento;

CONSIDERANDO a relevância da regularização fundiária urbana como instrumento de promoção da segurança jurídica, da função social da propriedade, da inclusão social, da melhoria da qualidade de vida dos moradores e do ordenamento territorial e ambiental;

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo nº 373591/2025-e;

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado o procedimento de Regularização Fundiária Urbana – REURB-S (Interesse Social) no núcleo urbano informal e consolidado denominado “Murta I”, localizado no Bairro Murta, no Município de Itajaí, abrangendo os antigos Loteamentos Jardim Residencial Baumgartner e Vila Nova, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 2º O processo tramitará, inicialmente, sob a modalidade REURB-S (Interesse Social), por se tratar de núcleo ocupado predominantemente por população de baixa renda, podendo ser reclassificado até a fase final do procedimento, caso os levantamentos técnicos e socioeconômicos indiquem outro enquadramento.

Art. 3º A regularização será processada com base na planta de sobreposição, memorial descritivo e demais documentos constantes do processo, devendo ser observadas as disposições urbanísticas, ambientais, registrares e dominiais previstas na legislação vigente.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 4º A Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana deverá proceder às notificações, publicações e diligências previstas no art. 31 da Lei nº 13.465, de 2017, especialmente quanto à ciência dos confrontantes, confinantes e titulares de domínio, e à obtenção dos pareceres técnicos dos órgãos e entidade públicas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 12 de novembro de 2025.

RUBENS ANGIOLETTI
Prefeito Municipal em Exercício

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

ATOS DA SEC. DE GOVERNO



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 127/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 076/2025

OSC: Instituto Marcílio Dias

Objeto: Aquisição de equipamentos e qualificação da infraestrutura para atendimento a adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

Valor: R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais).

Assinatura: 17/11/2025

Sergio Murilo Pereira

Secretário de Governo

ATOS DO SEMASA



Serviço Municipal de Água
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato• 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaaitajai.com.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2025

Artigo 75, Inciso XV, da Lei nº 14.133/2021

Processo Administrativo Nº 2025-ETS-098306

Contratação de Parceria Técnico Científica para realização de coleta, transporte e análises de amostras provenientes do Sistema de Abastecimento de Água do SEMASA.

Vistos, etc...

Ratifico e aprovo o processo de dispensa supra identificado, com fundamento no artigo 75, Inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, para **Contratação de Parceria Técnico Científica para realização de coleta, transporte e análises de amostras provenientes do Sistema de Abastecimento de Água do SEMASA**, contratado **Fundação Universidade do Vale do Itajaí**, CNPJ Nº **84.307.974/0001-02**, pelo valor global de **R\$ 1.330.550,79 (um milhão, trezentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos)**.

Itajaí, 14 de novembro de 2025.

Celso Hugo Praun Filho
Diretor-Geral



ATOS DA SUPFUN



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

e-DOC A8911230
Proc 353167/2025-e

CONTRATO Nº 349/2025 FCI

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E A EMPRESA
GRAZIELA PEREIRA MAFRA.

CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede nesta cidade de Itajaí – SC, Rua Alberto Werner, 97 - Vila Operária Itajaí - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.362.976/0001-30, neste ato representada por sua Superintendente, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADA: GRAZIELA PEREIRA MAFRA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Elias Brich Adaime, 296, Itajaí/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.357.632/0001-01, neste ato representada por Graziela Pereira Mafra, CPF nº 007.XXX.XXX/06 a seguir denominada **CONTRATADA**, com base no Processo Sipe nº 354597/2025, acordam e ajustam firmar o presente contrato através de **Inexigibilidade de Licitação 204/2025**, nos termos do artigo 74, inciso I da Lei nº 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto.

Prestação de serviços para elaboração de projeto e execução artística de DESFILE NATALINO, que deverá ocorrer nos dias 13, 14, 19, 20, 21 e 23 de dezembro de 2025, durante a programação do Natal Encanto Itajaí.

CLÁUSULA SEGUNDA - Prazo.

O prazo de vigência do contrato será de 90 dias, a contar da data de assinatura do contrato. Eventuais alterações contratuais obedecerão ao disposto na Minuta Contratual e no artigo 124 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - Valor.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTE	Valor Unit.	Valor Total
1	Prestação de serviços para elaboração de projeto e execução artística de DESFILE NATALINO, que deverá ocorrer nos dias 13, 14, 19, 20, 21 e 23 de dezembro de 2025, durante a programação do Natal Encanto Itajaí.	1	R\$ 604.000,00	R\$ 604.000,00

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento.

1. O pagamento será realizado 100%(cem por cento) em até o dia da realização da apresentação contratada no referido evento, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria solicitante, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4. Se a Contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto, e tendo a Contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas conforme certificado pelo fiscal do contrato, os valores devidos serão:

4.1. Monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo o art. 1º da Lei Municipal nº 4.684/06;

4.2. Compensados financeiramente com multa de 1% e juros de poupança conforme art. 1º-F da Lei nº 9494/97, com alterações da Lei nº 11.960/09;

5. O pagamento será enviado para a Administração até o dia 10 de cada mês, após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria requisitante, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

6. Quando o objeto da licitação se tratar de prestação de serviços referente a cessão de mão de obra ou empreitada, as notas fiscais deverão observar o que dispõe a instrução normativa n. 062/2022/CGM/SEFAZ.

Disponível no link: <https://intane12.itajai.sc.gov.br/instrucoes-normativas/instrucao-normativa/>

CLÁUSULA QUINTA - Recurso Financeiro.

As despesas correrão por conta da dotação: 61 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - Critério de Reajuste.

O valor do contrato poderá ser reajustado após 12 meses da data do orçamento estimado, pela variação do IPCA-e do IBGE, devendo o contratado solicitar previamente e por escrito conforme dispõe a Instrução Normativa nº 58/2022/SEGOV/CGM, disponível no site: https://portalducidadao.itajai.sc.gov.br/servico_link/101

CLÁUSULA SÉTIMA - Direitos e Responsabilidade das Partes.

7.1. Obrigações da Contratada:

- Após a convocação, realizar a assinatura do contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- Entregar o (s) objeto (s) de acordo com as especificações exigidas no Edital, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;
- Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto que vier a ser recusado em razão de vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais e produtos nela empregados;
- Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho para a efetiva liberação dos materiais e produtos solicitados; e
- A contratada se responsabiliza pela presença dos artistas, com no mínimo 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário marco para o início da apresentação, no local designado, para fazer as suas apresentações, salvo as situações de caso fortuito ou força maior (enchentes, queda de barreiras que impeçam a passagem da rodovia dos membros da equipe, catástrofes, qualquer doença ou mal súbito, ou algum problema grave) que impeçam os artistas de comparecerem, o que ocasionará a escolha de outra data para a

Rua Alberto Werner • 97 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/ta=autenticidade> e informe o e-DOC A8911230

e-DOC A8911230
Proc 353167/2025-e



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

realização do espetáculo;

7.2. Obrigações da Contratante:

- comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as folhas e solicitando as medidas corretivas;
- rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

7.3. Fiscais designados no processo:

Gestor:

Nome: Elisabete Laurindo de Souza

Cargo: Diretora Executiva

Matrícula: 3963002

E-mail: cultura@itajai.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Diene Alves da Silva

Cargo: Assessora I

Matrícula: 2716301

E-mail: cultura@itajai.sc.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual.

- O contratado ficará passível da aplicação das sanções e penalidades previstas na Lei 14.133/2021, nas seguintes situações:
 - Pela não apresentação da documentação de habilitação, proposta de preços e amostras (se solicitadas), pela apresentação de documentação falsa ou pela não manutenção da proposta;
- 1 - Advertência;

Rua Alberto Werner • 97 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/ta=autenticidade> e informe o e-DOC A8911230

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/ta=autenticidade> e informe o e-DOC A8911230

- II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;
- III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
3. Pela oferta de produto e/ou serviço em desacordo com as especificações constantes no processo:
- I - Advertência;
- II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item ofertado em desacordo.
4. Pela recusa na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, dentro no prazo previsto no processo:
- I - Advertência;
- II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens recusados;
- III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
5. Pelo atraso na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, além do prazo previsto no processo:
- I - Advertência;
- II - Multa diária na razão de 1% (um por cento) sobre o valor total dos itens não entregues, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o término do prazo previsto para entrega do objeto;
- III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
6. Pela entrega do objeto e/ou execução dos serviços em desacordo com o solicitado no processo:
- I - Advertência;
- II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens entregues em desacordo, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a efetiva adequação;
- III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
7. Por causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:
- I - Advertência;
- II - Ressarcimento ao erário;
- III - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;
- IV - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
8. O contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com o Município de Itajaí.

Rua Alberto Werner • 97 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-8029
www.itajai.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?n=autenticidade> e informe o e-DOC A8911230

e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores junto ao Município de Itajaí, nos casos de:

- a) não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- b) não entregar a documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do Contrato;
- g) fraudar a execução do Contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

9. Na aplicação das penalidades previstas neste instrumento, o Município de Itajaí considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada.

10. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na legislação vigente, garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - Rescisão.

O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

CLÁUSULA DÉCIMA - Legislação Aplicável.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133/21 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicando supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Casos Omissos.


Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/21, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Itajaí, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento, perante as testemunhas abaixo-assinadas, para que produza seus efeitos legais.

ITAJAÍ, 14 de novembro de 2025
Assinado e datado digitalmente

Documento assinado digitalmente
 ANNA CAROLINA CRISTOFOLINI MARTINS
Data: 14/11/2025 13:17:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANNA CAROLINA CRISTOFOLINI MARTINS
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA DAS FUNDAÇÕES

Documento assinado digitalmente
 GRAZIELA PEREIRA MAFRA
Data: 15/11/2025 13:27:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

GRAZIELA PEREIRA MAFRA
CONTRATADA

CONTRATO Nº 348/2025 FCI

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E A EMPRESA
VIVARTE PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA.

CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rod. José Carlos Daux, 5500, sala 327, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.362.976/0001-30, neste ato representada por sua Superintendente, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADA: VIVARTE PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rod. José Carlos Daux, 5500, sala 327, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.913.713/0001-49, neste ato representada por Luiz Gustavo Cordeiro Zago, CPF nº 006.XXX.XXX/31 a seguir denominada **CONTRATADA**, com base no Processo Sipe nº 363189/2025, acordam e ajustam firmar o presente contrato através de **Inexigibilidade de Licitação 203/2025**, nos termos do artigo 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto.

Contratação de "Orquestra Brasileira" para apresentação artística durante a programação do Natal Encanto de Itajaí.

CLÁUSULA SEGUNDA - Prazo.

O prazo de vigência do contrato será de 90 dias, a contar da data de assinatura do contrato. Eventuais alterações contratuais obedecerão ao disposto na Minuta Contratual e no artigo 124 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - Valor.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTE	Valor Unit.	Valor Total
1	Contratação de "Orquestra Brasileira" para apresentação artística durante a programação do Natal Encanto de Itajaí.	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

1

Rua Alberto Werner • 97 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-8029
www.itajai.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?n=autenticidade> e informe o e-DOC 1F3BCEF5



CLÁUSULA QUARTA – Condições de Pagamento.

1. O pagamento será realizado 100%(cem por cento) em até o dia da realização da apresentação contratada no referido evento, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria solicitante, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4. Se a Contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto, e tendo a Contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas conforme certificado pelo fiscal do contrato, os valores devidos serão:

4.1. Monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo o art. 1º da Lei Municipal nº 4.684/06;

4.2. Compensados financeiramente com multa de 1% e juros de poupança conforme art. 1º-F da Lei nº 9494/97, com alterações da Lei nº 11.960/09;

5. O pagamento será enviado para a Administração até o dia 10 de cada mês, após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria requisitante, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

6. Quando o objeto da licitação se tratar de prestação de serviços referente a cessão de mão de obra ou empreitada, as notas fiscais deverão observar o que dispõe a Instrução Normativa n. 062/2022/CGM/SEFAZ.

Disponível no link: <https://intranet2.itajai.sc.gov.br/instrucoes-normativas/instrucao-normativa/>

CLÁUSULA QUINTA - Recurso Financeiro.

As despesas correrão por conta da dotação: 61 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas



CLÁUSULA SEXTA – Critério de Reajuste.

O valor do contrato poderá ser reajustado após 12 meses da data do orçamento estimado, pela variação do IPCA-e do IBGE, devendo o contratado solicitar previamente e por escrito conforme dispõe a Instrução Normativa nº 58/2022/SEGOV/CGM, disponível no site: <https://portalocidadao.itajai.sc.gov.br/servico/link/101>

CLÁUSULA SÉTIMA - Direitos e Responsabilidade das Partes.

7.1. Obrigações da Contratada:

- Após a convocação, realizar a assinatura do contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- Entregar o (s) objeto (s) de acordo com as especificações exigidas no Edital, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;
- Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto que vier a ser recusado em razão de vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais e produtos nela empregados;
- Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho para a efetiva liberação dos materiais e produtos solicitados; e
- A Contratada se responsabiliza pela presença dos artistas, com no mínimo 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário marco para o início da apresentação, no local designado, para fazer as suas apresentações, salvo as situações de caso fortuito ou força maior (enchentes, queda de barreiras que impeçam a passagem da rodovia dos membros da equipe, catástrofes, qualquer doença ou mal súbito, ou algum problema grave) que impeçam os artistas de comparecerem, o que ocasionará a escolha de outra data para a

realização do espetáculo;

7.2. Obrigações da Contratante:

- comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

7.3. Fiscais designados no processo:

Gestor:

Nome: Elisabete Laurindo de Souza

Cargo: Diretora Executiva

Matrícula: 3963002

E-mail: cultura@itajai.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Diene Alves da Silva

Cargo: Assessora I

Matrícula: 2716301

E-mail: cultura@itajai.sc.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual.

- O contratado ficará passível da aplicação das sanções e penalidades previstas na Lei 14.133/2021, nas seguintes situações:
- Pela não apresentação da documentação de habilitação, proposta de preços e amostras (se solicitadas), pela apresentação de documentação falsa ou pela não manutenção da proposta:

I - Advertência;

4

II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

3. Pela oferta de produto e/ou serviço em desacordo com as especificações constantes no processo:

I - Advertência;

II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item ofertado em desacordo.

4. Pela recusa na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, dentro no prazo previsto no processo:

I - Advertência;

II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens recusados;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

5. Pelo atraso na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, além do prazo previsto no processo:

I - Advertência;

II - Multa diária na razão de 1% (um por cento) sobre o valor total dos itens não entregues, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o término do prazo previsto para entrega do objeto;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6. Pela entrega do objeto e/ou execução dos serviços em desacordo com o solicitado no processo:

I - Advertência;

II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens entregues em desacordo, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a efetiva adequação;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

7. Por causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:

I - Advertência;

II - Ressarcimento ao erário;

III - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;

IV - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

8. O contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com o Município de Itajaí,



e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores junto ao Município de Itajaí, nos casos de:

- a) não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- b) não entregar a documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do Contrato;
- g) fraudar a execução do Contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

9. Na aplicação das penalidades previstas neste instrumento, o Município de Itajaí considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada.

10. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na legislação vigente, garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – Rescisão.

O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

CLÁUSULA DÉCIMA – Legislação Aplicável.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133/21 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicando supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Casos Omissos.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/21, e dos princípios gerais de direito.

Rua Alberto Werner • 97 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/?a=autenticidade> e informe o e-DOC 1F3BCEF5



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Itajaí, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento, perante as testemunhas abaixo-assinadas, para que produza seus efeitos legais.

ITAJAÍ, 14 de novembro de 2025
Assinado e datado digitalmente

Documento assinado digitalmente
ANNA CAROLINA CRISTOFOLINI MARTINS
Data: 14/11/2025 15:17:21 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

ANNA CAROLINA CRISTOFOLINI MARTINS
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA DAS FUNDAÇÕES

Documento assinado digitalmente
LUIZ GUSTAVO CORDEIRO ZAGO
Data: 14/11/2025 15:26:59 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

LUIZ GUSTAVO CORDEIRO ZAGO
VIVARTE PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA

EDITAL nº 013/2025 - SOLICITAÇÃO DE PAUTA TEATRO MUNICIPAL DE ITAJAÍ

1. OBJETIVO

O presente edital tem por objetivo regulamentar o processo de solicitação de pauta, via plataforma on-line, para a realização de eventos no Teatro Municipal de Itajaí, garantindo transparência e equidade na ocupação do espaço, conforme estabelecido no Regimento Interno do Teatro Municipal de Itajaí.

2. PERÍODO DE INSCRIÇÃO

As inscrições estarão abertas a partir do dia **24 de novembro de 2025, a partir das 14h, para o primeiro semestre de 2026, sendo de 03/02/2026 a 30/06/2026.**

As solicitações de pauta, via plataforma on-line, deverão ser enviadas com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** antes da data pretendida, exclusivamente por meio do formulário eletrônico, disponível no site prosas.com.br/editais.

3. CRITÉRIOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO

Cada proponente poderá solicitar até **03 (três) propostas**, que serão analisadas conforme os seguintes critérios:

- Qualidade e características de sua ficha técnica;
- Contribuição ao enriquecimento cultural da comunidade;
- Adequação do evento ao espaço;
- Ordem de chegada da proposta.

Em caso de solicitações para a mesma data, serão priorizadas propostas com elevado índice de aprimoramento artístico, que valorizem a diversidade cultural e promovam o acesso democrático à cultura. Poderá haver remanejamento de datas conforme necessidade.

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

O formulário eletrônico deverá ser preenchido corretamente e enviado com os seguintes documentos atualizados, anexados:

- I. Dados pessoais, endereço, e-mail e telefone, CPF ou CNPJ do Proponente;
- II. Nome do espetáculo e sua área de atuação;
- III. Resumo do roteiro e produtor responsável;
- IV. O gênero, título, classificação etária e autoria do espetáculo;
- V. Duração do espetáculo;
- VI. Horário de montagem e desmontagem;
- VII. A natureza e finalidade do espetáculo;
- VIII. Quantidade de pessoas que utilizarão o palco (artistas e produção);
- IX. Release, fotos e informações gerais sobre o espetáculo;
- X. Valor do ingresso ou se para convidados / aberto ao público;

- XI. Ficha técnica do evento, contendo plantas de iluminação, cenário, som, datas e horários de ensaios, da montagem e tempo de duração do espetáculo.
- XII. Material informativo, constando: apresentações, projeto do espetáculo, especificação do programa, informações sobre o elenco, direção, produção, patrocínio e outros.
- XIII. Demais informações que a Comissão de Pauta julgar necessárias.

A análise da documentação e seleção dos espetáculos será realizada pela Comissão de Pauta.

5. PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação da aprovação da pauta se realizará na plataforma do Edital, no Diário Oficial do Município e no site oficial da Fundação Cultural de Itajaí: www.fundacaocultural.itajai.sc.gov.br.

6. RECURSOS

Proponentes que tiverem sua solicitação indeferida poderão apresentar recurso para o e-mail: teatromunicipal@itajai.sc.gov.br no prazo de até **02 (dois) dias** após a publicação do resultado.

7. ASSINATURA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Findados os prazos de recursos, a Direção do Teatro Municipal de Itajaí entrará em contato com o Proponente para a formalização do respectivo **Termo de Permissão de Uso do Teatro Municipal**, o qual deverá ser assinado em até 10 (dez) dias, período este em que deverá ser realizado o pagamento da taxa de ocupação correspondente e apresentação do comprovante de quitação junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos, quando aplicável.

O não cumprimento desse prazo implicará na perda da data concedida.

8. TAXAS DE UTILIZAÇÃO

Para utilização do Teatro Municipal de Itajaí, o permissionário deverá pagar no ato da assinatura do termo de permissão de uso a taxa de ocupação e posteriormente a taxa de administração de **10% da renda bruta da bilheteria**. Os valores estabelecidos são os seguintes:

- Produção municipal – 05 (cinco) UFM;
- Produção estadual – 08 (oito) UFM;
- Produção nacional – 11 (onze) UFM;
- Produção internacional – 15 (quinze) UFM;
- Produção restrito a convidados – 20 (vinte) UFM.

Do valor bruto, deverá ser descontado a taxa administrativa conforme o Decreto que regulamenta o Regimento Interno do Teatro Municipal de Itajaí e pago apenas a diferença.



Rua Gregório Chaves, nº. 111
Bairro Fazenda, Itajaí - SC
CEP: 88302-400
Tel: (47) 3346-9420
(47) 99741-0853



Os agendamentos destinados a ensaios extras, filmagens e registros fotográficos de caráter artístico serão permitidos exclusivamente nas terças, quartas e quintas-feiras, mediante pagamento:

- I. Das 09h às 21h – 03 (três) UFM;
- II. Das 13h às 19h – 02 (dois) UFM;

Em caso de ultrapassagem do tempo de pauta, ensaios, filmagens e fotos artísticas, será cobrada uma taxa adicional de 01 (um) UFM por hora excedente.

Apenas serão isentos os espetáculos cuja receita seja proveniente exclusivamente da Fundação Cultural de Itajaí e/ou da Prefeitura Municipal de Itajaí.

A Direção do Teatro Municipal terá direito a 5% dos ingressos para convidados.

Em caso de desistência da pauta em até 60 (sessenta) dias antes do espetáculo, haverá ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa de ocupação já paga.

O Proponente que não efetuar o pagamento da multa ficará impedido de solicitar pauta novamente até que regularize a situação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

- Garantir o cumprimento das normas técnicas e de segurança do Teatro Municipal de Itajaí.
- Providenciar o pagamento de direitos autorais (ECAD e SBAT), se aplicável, antes da realização do evento.
- Encaminhar toda a documentação exigida dentro do prazo estabelecido.
- Retirar os cenários e materiais **ao término do evento**. O descumprimento resultará em multa de **01 (um) UFM**, por dia de permanência dos bens nas dependências do Teatro.
- Manter a pontualidade do evento, respeitando o horário de início e a tolerância de **15 minutos**. Atrasos superiores acarretarão multa de **10% da receita prevista**.
- Cumprir as regras estabelecidas no Regimento Interno do Teatro Municipal de Itajaí.

10. DAS RESTRIÇÕES DE USO

É vedado o uso do teatro para:

- I. Fins político-partidários, religiosos, comerciais, formaturas escolares de ensino regular em qualquer nível, cursos de naturezas diversas e congêneres;
- II. A utilização do hall de entrada do Teatro Municipal de Itajaí para a realização de feiras e/ou exposições com fins lucrativos, exceto quando se tratar de produtos culturais;
- III. A utilização do hall de entrada que não seja para fins culturais;
- IV. A utilização do hall de entrada como área de espera para artistas, técnicos ou equipe de produção antes ou durante os ensaios.

A Direção do Teatro poderá cancelar a autorização de uso a qualquer momento caso o evento seja considerado inadequado, sem que caiba ao Proponente direito a indenização.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Teatro, referendados pela Diretoria Executiva da Fundação Cultural de Itajaí conforme estabelecido no Regimento Interno do Teatro Municipal de Itajaí.

A Fundação Cultural de Itajaí se reserva ao direito de bloquear datas para eventos de interesses municipais.

Documento assinado digitalmente
DAIANE CRISTINA DA SILVA DA ROSA
Data: 17/11/2025 14:43:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Daiane Cristina da Silva da Rosa
Diretora do Teatro Municipal de Itajaí

Documento assinado digitalmente
ELISABETE LAURINDO DE SOUZA
Data: 17/11/2025 13:56:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Elisabete Laurindo de Souza
Diretora Executiva da Fundação Cultural de Itajaí

Documento assinado digitalmente
ANNA CAROLINA CRISTOFOLINI MARTINS
Data: 17/11/2025 16:45:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Anna Carolina Cristofolini Martins
Superintendente Administrativa das Fundações

ATOS DO IPI



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



ATA Nº 313 DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP – ANO 2025 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Ao oitavo dia do mês outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (08/10/2025), às 14h (quatorze horas), reuniram-se, em sessão ordinária na sala de reuniões do Instituto de Previdência de Itajaí (IPI), os conselheiros titulares a seguir, Constandia da Silva Anacleto (ASPAMI), Dulcineia Sabino (ASPMI), Fabio Cadó de Quevedo (Governo), Francisco Eduardo Johannsen (SINDIFOZ), Vitor Paul Woyakewicz (IPI), Willian Meurer (CVI). Composto o quórum, estavam presente os conselheiros suplentes Antônio Carlos da Cunha (ASPMI) João Alberto da Silva (ASPMI), além da Presidente do IPI – Dulce Maria do Amaral Pereira e Jean Polidoro, Diretor de Investimentos. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA Nº. 312 DO CMP:** Os membros do CMP fizeram a conferência da ata nº. 312, vinculada à reunião ordinária do mês de setembro de 2025, sendo aprovado o documento por unanimidade. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: ESPAÇO RESERVADO PARA O IPI:** Com a palavra, o Diretor de Investimentos do IPI apresentou a este Conselho a versão final do Dossiê elaborado pela Diretoria, referente ao ocorrido na carteira de investimentos em fevereiro de 2025. Segundo informado, o documento, cuja cópia já foi encaminhada aos conselheiros, contém todas as informações, questionamentos, interpretações do Ministério da Previdência e as conclusões acerca do evento, bem como a análise de possíveis impactos futuros sobre a carteira do IPI. Já de conhecimento foi identificada uma diferença na apuração contábil realizada pela custódia do Banco do Brasil, no montante aproximado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), referente aos ativos de Letra Financeira. Conforme entendimento do Ministério, tal diferença decorre de truncamentos e arredondamentos de casas decimais, além de distintas metodologias empregadas no mercado financeiro. A Diretoria informou, ainda, que cópias do referido Dossiê foram encaminhadas à Contabilidade e à Procuradoria do IPI, bem como ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Investimentos. Na sequência, discutiu-se com os conselheiros o comportamento atual da carteira de investimentos e o cenário econômico nacional e internacional. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: COMISSÃO ELEITORAL CFIPI:** Com a palavra o conselheiro Vitor apresentou o edital e calendário eleitoral, demonstrando as

adequações necessárias para realização da votação pelo sistema eletrônico online, seguindo as regras publicadas pelo Decreto nº 13.752, de 27 de agosto de 2025. Durante a discussão, o calendário eleitoral teve uma retificação quanto ao período de campanha eleitoral, sendo aprovado. Em deliberação, estando todos de acordo com os documentos apresentados, ficou aprovado o edital e calendário para o pleito eleitoral CFIPI 2025, solicitando à Comissão Eleitoral a devida deflagração do processo. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: ASSUNTOS GERAIS:** Em resposta a C.I. enviada à Presidência do IPI, sobre a licitação de aquisição de passagens aéreas, o Diretor Executivo Denilson Rosa, da Diretoria de Licitações e Contratos, se resumiu em afirmar que "novo processo para aquisição de passagens aéreas já está em andamento e em breve estará publicado". Por fim, o Conselheiro Vitor solicitou a alteração da data da reunião ordinária de novembro, inicialmente agendada para o dia 12/11/2025, para o dia 11/11/2025, terça-feira, sendo o pedido acatado por todos os conselheiros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim, Dulcineia Sabino, secretária, e pelos conselheiros presentes

Francisco Eduardo Johannsen
Presidente

Dulcineia Sabino
Secretária

Constandia da Silva Anacleto

Fabio Cadó de Quevedo

Vitor Paul Woyakewicz

Willian Meurer

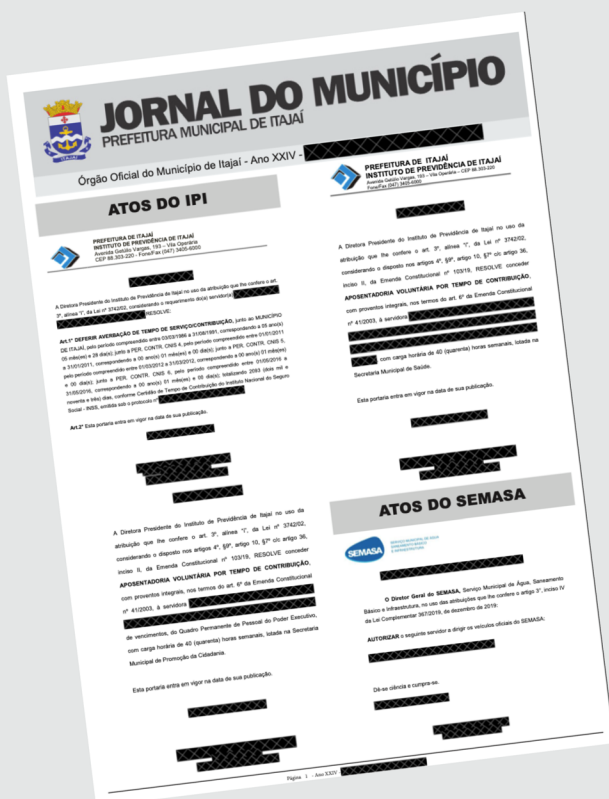
João Alberto da Silva

Antônio Carlos da Cunha



O NOSSO JORNAL!

Transparência
e informação.



O NOSSO JORNAL!

Transparência
e informação.

